

Aproximações sobre o sentido da história na concepção de Hugo Chávez

Tiago Ciro Moral Zancopé
Doutorando em História pelo PPGH-UFG
ticaohc@hotmail.com

Durante a campanha eleitoral à presidência da República da Venezuela em 1993, Rafael Caldera prometeu que se fosse eleito para mais um mandato – anteriormente ele já havia governado o país de 1969 a 1973¹ – aprovaria uma lei concedendo o indulto aos líderes do MBR-200 (*Movimiento Bolivariano Revolucionário 200*), responsáveis pelo malsucedido golpe de Estado do 4F de 1992 desferido contra o mandatário Carlos Andrés Pérez (1989-1993). O principal dirigente desse movimento foi Hugo Chávez.

Assim, após reconquistar o direito de comandar o poder executivo entre 1994 e 1999, o governo Caldera estabeleceu uma série de negociações com os comandantes da intentona militar de 1992, objetivando estipular um acordo. Enquanto o governo acenava com o compromisso de libertação dos presos, com a condicionante de exclusão de alguns oficiais dos quadros do exército, havia um esforço por parte dos dirigentes da organização em manter nomes específicos associados à atividade castrense, fosse porque eles eram de baixa patente e não participaram diretamente na tomada de decisões sobre as ações do grupo, ou pelo interesse de garantir a continuidade do trabalho de formação de simpatizantes e militantes do agrupamento.

Efetivamente, a respeito dessa questão naquele período emblemático, entre os autores consultados, tais como Agustín Blanco Muñoz (1998), Rafael Arraíz Lucca (2007), Marta Harnecker (2004), Gilberto Maringoni (2008), Margarita López Maya (2010), Miguel Ángel Meucci (2008) e Ignacio Ramonet (2013), não foi possível verificar, em suas análises, a existência da preponderância de interesses do Estado ou dos sublevados. Nesse sentido, a falta dessa informação pode ser interpretada tanto como sendo corolário do equilíbrio na conquista de exigências do grupo militar, ou como de um expressivo silêncio compactuado pelas partes, tencionando esconder prováveis fracassos na obtenção de reivindicações particulares.

Em vista disso, depreende-se que por trás da operação, envolvendo a suspensão da condenação e a respectiva soltura dos presos políticos, coexistia um diagnóstico otimista sobre os benefícios alcançados por ambos os lados. Nesse cenário, a administração pública chefiada por Caldera conseguia cumprir um dos tópicos centrais assumidos no período eleitoral, reforçando seu engajamento na pacificação do país. Simultaneamente, os rebeldes se livravam do cárcere, readquirindo a liberdade de circulação pelo território nacional, tendo a possibilidade de dilatar o espaço de sua atuação política.

Portanto a libertação de Hugo Chávez, no dia 26 de março de 1994², não apenas encerrava sua trajetória como oficial de carreira nas Forças Armadas – retirando-se com a patente de tenente-coronel – como igualmente sinalizava o início de uma nova fase, na qual ele se engajaria no universo das palavras e ideias ao invés das armas a fim de angariar o apoio da sociedade. A última, por sua vez, já havia emitido sinais positivos a seu respeito quatro meses após o frustrado motim: “64,7% da população o considerava uma pessoa confiável para dirigir os destinos do país”³.

Após pesquisas que apontavam a crescente credibilidade manifesta por setores do povo, sobretudo em relação ao principal líder da rebelião castrense, constatou-se uma significativa produção de documentos visando estruturar aspectos fundamentais da ideologia desse movimento, os quais apresentavam as concepções de Chávez a respeito da natureza do Estado, do ordenamento político, do planejamento econômico e de programas sociais. Deste modo, o exame de manifestos, como o *Libro Azul (El Árbol de las Tres Raíces)*, *Las Razones que nos obligan a insurgir* e *Agenda Alternativa Bolivariana*, oferece um substancial panorama em torno das inúmeras medidas que então estavam em vias de serem adotadas caso a insurreição se concretizasse. Ao redor desse *corpus* teórico, organizado no decurso do serviço militar e próximo ao evento do 4F – anterior ou posteriormente a ele –, destaca-se a reflexão *La Hora Estratégica*, cuja autoria é atribuída unicamente a Hugo Chávez e datada do dia 30 de março de 1990 devido à peculiar leitura da noção de desenvolvimento de um acontecimento transformador.⁴

Primeiramente, o autor expôs a divisão entre três níveis de instâncias temporais: o tempo crítico, a hora estratégica e o minuto tático⁵, sustentando a pertinência de esses princípios serem articulados, senão amalgamados em um mesmo objetivo, pois a apropriação de sua convergência admitiria ao sujeito modificar

a realidade presente. A partir do patamar mais perene, seriam observáveis os pormenores do contexto histórico, avaliando suas condições:

Com efeito, o Tempo Crítico apareceu faz vários anos. Ele vem assinalado por forças imanentes que procedem das profundidades da história. Vem ele tramontando os séculos, numa viagem tormentosa. Bolívar a sentiu e disse em Angostura: 'sinto-me arrebatado como uma fraca palha, pelo FURACÃO REVOLUCIONÁRIO...'. Agora se apresenta de novo, no final do século XX. Sua presença domina tudo. Está por todas as partes. Apareceu com tal magnitude que nem mesmo covardes que o temem podem desconhecê-lo. E até o veneram, com a esperança de que não o arraste até o abismo.⁶

Na sequência, ocorreria a localização da hora estratégica, isto é, a assimilação da presença de embates nos quais as forças adversas desestabilizariam o pano de fundo, possibilitando, por seu turno, a elaboração de uma incisiva intervenção no âmago dessa conjuntura:

Busquemos **agora** os instrumentos indispensáveis do Planejamento Estratégico. Isso nos obriga a:

- **Revisão da História**, especialmente a recente e a muito recente (anteontem, ontem, hoje de manhã);
- **Construção do cenário atual**;
- **Desenho dos Objetivos em Conflito**;
- **Desenho de Estratégias**;
- **Formulação de Planos**;
- **Previsão de Feedback**.

A hora estratégica já iniciou seu curso. A planificação estratégica nos permitirá influir sobre ela, através de decisões políticas de alto nível qualitativo.⁷

Logo, o instante decisivo para entranhar-se e posicionar-se nesse intrincado jogo de forças corresponderia à visualização de uma brecha, ou momento cuja manipulação provocaria a modificação da ambientação existente por meio da eclosão de diferentes premissas consolidadas em um paradigma específico. Entretanto, Chávez mantinha-se cauteloso em relação à percepção dessa oportunidade:

O minuto tático, não obstante, ainda não chegou. Ainda que obviamente se aproxime cada dia mais. A Hora Estratégica contém muitos Minutos Táticos (MT). E para determinar qual deles é o mais adequado, qual deles É O NOSSO, devemos afinar ao máximo nossa capacidade de prognóstico. Não podemos adiantar o MT, assim como tampouco podemos atrasá-lo. Ambas as defasagens conduziram à perda da Hora Estratégica. E a longa espera pela chegada de outra HE. Com o maior risco de que se nos escape o Tempo Crítico e todos os processos posteriores sejam conduzidos por outras forças sociais e políticas.

Não é que em realidade se trate de retardar o Minuto Tático. Não. Trata-se de esperar por ele. Mas não uma espera passiva, senão com uma grande carga de atividades orientadas em diversas linhas estratégicas.⁸

Destarte, o raciocínio empreendido serve como referência para se perscrutar o entendimento a respeito da função da história, enquanto saber e processo, evidenciado na entrevista realizada por Agustín Blanco Muñoz no mês de março de 1995. Nessa ocasião, almejando desvelar o pensamento do comandante, Muñoz iniciou o diálogo questionando “Quem é, como é e aonde vai Hugo Rafael Chávez Frías?”⁹ Teve como resposta do entrevistado a ênfase na vinculação de sua identidade social, tipificada como subversiva¹⁰ e circunscrita a um enquadramento externo a ele e submetida a um exercício de inabalável metamorfose.

Por conta da associação feita na réplica entre singular e coletivo, a pergunta subsequente buscou verticalizar os elementos conformadores dessa relação: “O que você quer dizer com isso de que é mais um no processo? Você coloca o coletivo sobre o individual?”¹¹

Contestado por uma argumentação na qual ele se remete à história, a fim de não somente historicizar essa conexão, mas, sobretudo, corroborar os atos então praticados pelo seu grupo, como a malograda tentativa de ruptura institucional:

Sim. Faz um tempo li uma obra de um autor russo [Georgi Plekhanov] sobre o papel do indivíduo na história. Eu acho que o que um homem materializa é um pouco quando se localiza diante das forças dos acontecimentos. Aqui reside a importância da história. Eu gosto muito da história como ciência, como referência do que foi, para ver o que é e possivelmente o que será, a essência e a existência dos homens, dos povos. Considero que os homens podem se localizar, em um momento determinado, em postos de destaque que aceleram, retardam, dão um pequeno toque pessoal e um toque distintivo ao processo. Mas creio que a história é um produto do ser coletivo dos povos. E sinto-me entregue absolutamente a esse ser coletivo.

Não obstante, com frequência você é apontado como um caudilho, alguém que se considera o messias...

Sim, alguns me apontaram como caudilho e me disseram que eu acredito ser um messias. Não me considero nem caudilho nem messias. Este é um processo coletivo e um se localiza em um ponto, num momento desse processo e talvez possa acelerá-lo, retardá-lo inclusive, dar-lhe um toque, dar-lhe uma pequena mudança. Mas, como parte de um todo. Se Simón Bolívar não tivesse existido, haver-se-ia produzido a revolução de independência? É inquestionável que surgiriam outros, como aconteceu, que tomaram o posto cuja ocupação correspondia ao Libertador.¹²

Com base nos esclarecimentos fornecidos, foram identificadas nuances nessa conformação de um modo de pensamento histórico no qual se priorizaria a análise de um fato como resultado do entrelaçamento da vontade individual com a coletividade mediante a assimilação e identificação entre as partes. Por isso, foi ressaltada na problematização do documento “A Hora Estratégica” a relevância da apreciação da

realidade – por intermédio do delineamento de estratos técnicos de ordem temporal – possibilitando ao sujeito e à coletividade arquitetarem uma ruptura com o sistema e, no limite, escreverem sua própria história. Talvez, em razão dessa sobreposição do arbítrio do grupo ao empenho individual como agentes incumbidos de desencadear as alterações conectadas ao devir, o entrevistador tenha feito a seguinte indagação: “qual é então a sua ideia, seu conceito de história?”¹³, obtendo como resposta a seguinte explicação:

Alguém a definia como a mestra da humanidade. Creio que é uma ciência, com leis, causas e efeitos, e que se requer estudá-la com muita atenção e sem falsificá-la como fizeram todos estes povos em nossos países. Há uma história oficial que não corresponde à realidade. A história, nesse sentido, é uma das ciências mais falsificadas. Poderíamos falar até de uma pseudociência. [...]. Resumindo, a história é uma mestra, mas ela tem sido falsificada, convertida em história oficial. Há que ir a sua busca, aprofundar, mergulhar na profundidade obscura dela mesma para buscar aí o segredo do que somos e do que podemos ser.¹⁴

Segundo a lógica exposta nesse excerto, a narrativa histórica nacional, compartilhada no território venezuelano, foi avaliada por Chávez como inverídica, pois seria manipulada em prol dos interesses da elite, em desacordo com os desdobramentos dos eventos, efetivamente. Desse modo, reabilitá-la significaria recontar os episódios constituidores da trajetória da nação, enfatizando, de um lado, o protagonismo de distintos personagens capazes de mobilizar a população – seja devido ao convencimento, ou pelo encontro de demandas afins – e, de outro, desqualificar o então vigente relato, colocando em xeque sua validade. Ao mesmo tempo, o teor excludente foi responsável pela remoção de passagens enaltecidas da *performance* da massa, visto que elas entravam em choque com o projeto das oligarquias, cujo enlace beneficiaria sempre os mesmos atores e seus respectivos círculos.

Em face das adversidades retratadas pela narrativa pátria, convinha indagar como e de qual modo a última seria ordenada sob a égide de Hugo Chávez. Uma síntese de sua periodização foi exemplificada na réplica à interrogação feita por Ignacio Ramonet, durante os encontros mantidos entre o jornalista e o então mandatário, no período entre 2008 e 2011. Após percorrerem as peculiaridades de sua infância e adolescência, as dificuldades enfrentadas no decorrer de sua formação militar, os contatos com organizações políticas ou figuras independentes – críticas do *Pacto de Punto Fijo*¹⁵ – em conjunto com o acirramento de sua militância,

perscrutando os impactos causados por eventos como o *Caracazo*¹⁶ e o 4F, problematizou-se, ao final da conversação, a estruturação do MBR-200 nos moldes de um partido, o lançamento de sua candidatura e a corrida eleitoral para a presidência da Venezuela.

Em relação à formatação da legenda, uma das designações do sétimo artigo da lei de partidos políticos, reuniões públicas e manifestações de 1965¹⁷ proibia a inclusão de nomes próprios ou de igrejas na denominação das agremiações; dessa forma, tornava-se imperativo alterar o nome do grupo, em virtude do léxico bolivariano. Para tanto, a solução encontrada foi reaproveitar a primeira e a última letra – M e R – substituindo a do meio B por V ambicionando preservar o aspecto sonoro, em vista da pronúncia na língua espanhola desses fonemas. Sem dúvida, a harmonia foi resguardada e a escolha desse caractere, em alusão ao seu emprego pelos romanos como um algarismo matemático que representaria o número cinco, combinado com a palavra república, em permuta com o termo revolucionário, resultando na sigla MVR – *Movimiento Quinta República* – igualmente realçava o arranjo de uma história *sui generis*, cuja classificação deslegitimava distintos intervalos considerados inapropriados, paralelamente à valorização de épocas especiais, nas quais estariam embutidos valores recentemente reelaborados.

Deste modo, quando Ramonet formulou a questão: “Há quem sustente que, historicamente, o designativo V^a República não é correto; o que você pensa?” Chávez ensejou uma explanação que contextualizava a historicidade do conceito e sua filiação, em comparação com as antecessoras:

Sim, alguns falam, por exemplo, de Terceira República... Depende de como se vê. Há distintas maneiras de dividir os períodos. Qual é a minha? A Primeira República a localizamos, em 1811, aí não há nenhuma dúvida, primeira Constituição, primeira República. Logo, veio o que a história oficial chama de Segunda República. Nasce em 1813, depois da ‘Campanha Admirável’. Bolívar assume a liderança, vem de Nova Granada, cruza os Andes, e em uma campanha fulgurante, que chamam de ‘Admirável’, entra em Caracas em agosto de 1813. Forma um governo, e se instala a Segunda República.

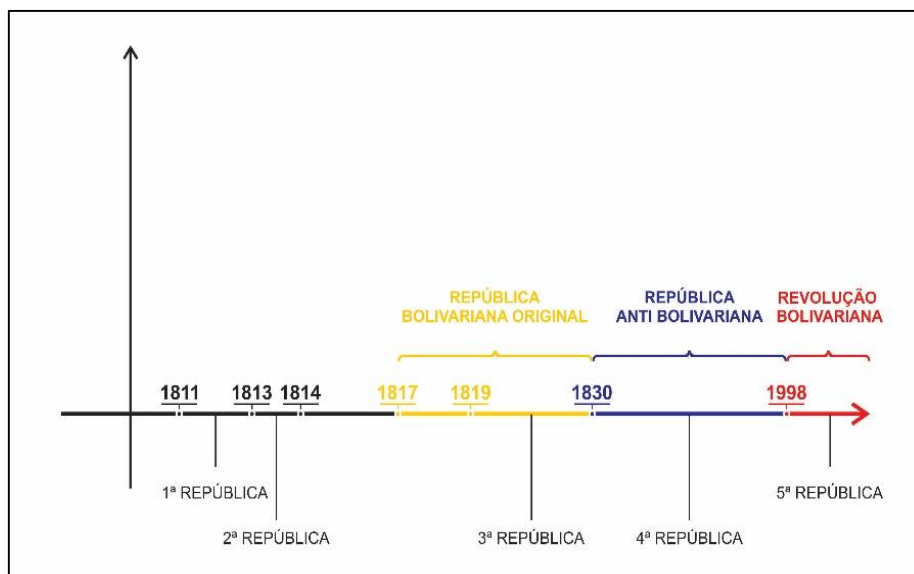
Mas no ano seguinte, 1814, cai essa República, Caracas volta a cair em mãos espanholas. Até o ano de 1817, quando Bolívar liberta Margarita, instala seu governo, e começa a nascer a Terceira República. Esta não se estabelece definitivamente até o ano de 1819, com o Congresso de Angostura e a constituição da Grã-Colômbia. No nosso enfoque, é o que chamamos de Terceira República, a República Bolivariana original. Essa Terceira República cai com a morte de Bolívar.

E vem a Quarta República, que é antibolivariana e oligárquica, e que se manteve nos séculos XIX e XX. Alguns historiadores dizem que não é assim, porque houve uma Assembleia Constituinte em 1947, e muitas outras

Constituições. Mas realmente o fato de mudar uma Constituição não implica necessariamente mudar de República. Por exemplo, a República que nasceu em 1830, com Páez como Presidente, do meu ponto de vista é a mesma que Rafael Caldera governava 160 anos depois. Houve algumas mudanças, claro, governos eleitos, governos produtos de golpes de Estado, governos nascidos de eleições diretas, governos de eleições indiretas... Mas a República era a mesma, um regime onde imperavam os interesses de uma minoria, e com formas de governo em muitos casos abertamente ditatoriais e, em outras, democracias disfarçadas. Enfim, essa é a explicação que defendi, e ao final convenci as pessoas.¹⁸

Se ajustarmos tal apreciação da evolução histórica, cuja ênfase incide na sistematização de fases particulares categorizadas como bolivariana, não bolivariana e a retomada do ideário bolivariano – pela via da eleição de Chávez à presidência da Venezuela – assinalando a continuidade ou ruptura dessas etapas, por meio de balizas políticas, vislumbrar-se-ia um arranjo cronológico sob a forma de linha do tempo, segundo a premissa imagética reproduzida abaixo:

Evolução Histórica da República Venezuelana



Sob uma perspectiva estética, coloriu-se a imagem com os tons da bandeira nacional venezuelana, objetivando evidenciar o viés diacrônico intrínseco ao processo histórico; contudo, de outra parte, esse procedimento sublinharia o entrecruzamento desses estágios. Ou seja, a compreensão de suas idiosincrasias e, da mesma maneira, de um determinado fato inserido nessa lógica, deve levar em conta o arcabouço ideológico composto por esse quartel, sem, todavia, menosprezar a descrição das circunstâncias concernentes a esse episódio. Por certo, esses

apontamentos teóricos adquirem contornos ainda mais nítidos quando são cotejados sob a luz do conceito de consciência histórica – mais especificamente de acordo com o seu modo exemplar – e a configuração narrativa dessa atividade intelectual a partir da teoria da história de Jörn Rüsen.¹⁹

Em consonância com o raciocínio defendido pelo autor, num plano individual, a permanência do eu estaria condicionada à constante reelaboração da identidade de si e dos fenômenos ao seu redor; caso contrário, o reconhecimento acerca de quem sou estaria comprometido e, conseqüentemente, não haveria a produção de um sentido que possibilitasse o desenvolvimento do eu enquanto agente no mundo. Com a finalidade de superar o recorrente risco da perda de identificação, existiria a mobilização de uma condição cognitiva elementar, a saber, a consciência histórica, sinteticamente relatada como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, temporalmente, sua vida prática no tempo”²⁰.

O desafio colocado pela temporalidade implica em ultrapassar suas barreiras naturais, cuja composição seria perpassada por segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos, até se alcançar sua fronteira final, a morte, limitadora por excelência da assimilação de novos saberes. Diante disso, reagir-se-ia por intermédio da formulação da capacidade mental, instruída a produzir inteligibilidade a essas instâncias, remodelando-as em um panorama social.

O ato constitutivo da consciência histórica, que consiste na interpretação da experiência do tempo com respeito à intenção quanto ao tempo, pode ser descrito, por recurso à distinção básica entre as duas qualidades temporais, como transformação intelectual do tempo natural em tempo humano. Trata-se de evitar que o homem, nesse processo de transformação, se perca nas mudanças de seu mundo e de si mesmo e de, justamente, encontrar-se no ‘tratamento’ das mudanças experimentadas (sofridas) do mundo e si próprio. A consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo. O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é o tempo ganho.²¹

Ademais de preocupar-se com os elementos metateóricos e teóricos encarregados de compor a faculdade relacionada à concepção de uma típica razão habilitada a lidar com a condição do eu, atravessada pela dinâmica temporal, o autor aventou a possibilidade de discernimento da mesma, no âmbito da narrativa e de sua equivalente histórica, devido à sua propriedade de “tornar presente o passado, sempre

em uma consciência de tempo na qual passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual justamente, constitui-se a consciência histórica”²². Quando se analisa essa definição, vinculada à especificação a seguir, compreende-se não apenas as conexões de ambas, senão a representação de suas características através da escrita. Em face disso, avultariam excepcionais atributos que auxiliariam o entendimento a respeito dessa modalidade de narração:

- 1) Uma narrativa histórica está ligada ao ambiente da memória. Ela mobiliza a experiência do tempo passado, a qual está gravada nos arquivos da memória, de modo que a experiência do tempo presente se torna compreensível e a expectativa do tempo futuro, possível.
- 2) Uma narrativa histórica organiza a unidade interna destas três dimensões do tempo por meio de um conceito de continuidade. Esse conceito ajusta a experiência real do tempo às intenções e às expectativas humanas. Ao fazer isso, faz a experiência do passado se tornar relevante para a vida presente e identificar a configuração do futuro.
- 3) Uma narrativa histórica serve para estabelecer a identidade de seus autores e ouvintes. Essa função determina se um conceito de continuidade é plausível ou não. Este conceito de continuidade deve ser capaz de convencer os ouvintes de suas próprias permanência e estabilidade na mudança temporal de seu mundo e de si mesmos.²³

Das três subcategorias, certamente não será viável sustentar uma rigorosa menção crítica à primeira, porque assim procedendo acarretaria em esquadrihar a prática da rememoração, ao lado da história, e a existência de metamorfoses ou não entre os seus respectivos conteúdos. Além disso, corrobora-se a argumentação de Rüsen²⁴ que colocou em xeque a presumível diferenciação entre os seus procedimentos de percepção do passado, advertindo as semelhanças imbuídas no propósito de absorção e reconstituição do pretérito.

Feita essa ressalva, volta-se a atenção ao desmembramento do segundo e terceiro elementos, tendo em conta a centralidade na construção da reflexão sobre o relato chavista aqui ressaltado. Assim, as afirmações em torno do conceito de consciência histórica servem de suporte para o ajuizamento da temática configurada pelo enredo, na qual há uma vontade do presente de se historicizar, amarrando-se a específicos momentos do passado, concomitantemente à projeção de um futuro, cujos sinais reiterem a progressão alcançada e passível de ser aprimorada.

Com efeito, o encadeamento dessas esferas temporais – passado, presente e futuro – numa trama, desvelaria uma dimensão antropológica intrínseca ao comportamento do homem, haja vista o perigo exercido pela perda do controle de si. Nesse sentido, Jörn Rüsen ponderou a viabilidade de se metodizar a narrativa

histórica em quatro tipos: tradicional, exemplar, crítica e genética, delimitados no esquema²⁵:

TIPOLOGIA DA NARRATIVA HISTÓRICA

	memória de	continuidade como	identidade pela	sentido do tempo
Narrativa tradicional	origens constituindo os presentes modos de vida	permanência dos modos de vida originalmente constituídos	afirmação de determinados padrões culturais de autoconsciência	ganho de tempo no sentido da eternidade
Narrativa exemplar	casos demonstrando aplicações de regras gerais de conduta	validade das regras abrangendo temporalmente diferentes sistemas de vida	generalização de experiências do tempo transformando-as em regras de conduta	ganho de tempo no sentido da extensão espacial
Narrativa crítica	desvios problematizando os presentes modos de vida	alteração das ideias de continuidade dadas	negação de determinados padrões de identidade	ganho de tempo no sentido de ser um objeto de juízo
Narrativa genética	transformações de modos de vida alheios para modos mais apropriados	desenvolvimento em que os modos de vida mudam a fim de estabelecer a sua permanência dinamicamente	mediação da permanência e da mudança para um processo de autoconsciência	ganho de tempo no sentido da temporalidade

A tabela confeccionada pelo historiador²⁶ permite concatenar a pormenorização de seus modelos com a periodização da história nacional encabeçada por Hugo Chávez. Particularmente, é possível observar como as partes vinculadas ao molde exemplar contribuem na percepção dos detalhes anexados a um exclusivo roteiro, no qual as situações do passado serviriam duplamente, isto é, como exemplo para orientação e, igualmente, enquanto comportamento ou atitude a ser evadida e condenada.

Essa dualidade a propósito de preceitos enaltecidos e deslegitimados estaria direcionada por uma decantação do passado, visando obter e reforçar as convicções

morais amparadas pelo presente, cuja origem se reportaria à apreensão de um sentido maior deduzido de outra época. Com uma linguagem teórica, semelhante conclusão foi ratificada por Jörn Rüsen:

As narrativas exemplares lembram os casos que demonstram a aplicação de regras gerais de conduta; elas impõem a continuidade como a validade supratemporal das normas que abrangem os sistemas de vida temporalmente diferentes; e formam uma identidade ao generalizar as experiências do tempo para as regras de conduta. Outros exemplos deste tipo de narrativa histórica são as histórias que apresentam modelos de virtudes e vícios. [...]. O núcleo da lógica narrativa exemplar é elaborado pela velha frase: *história magistra vitae* (a história é a mestra da vida). Histórias do tipo exemplar abrem o campo da experiência temporal para além dos limites da tradição: ganho de tempo no sentido da extensão espacial.²⁷

Assim, tendo em vista o conjunto de assertivas determinadas em conformidade com o raciocínio desse pesquisador, convém retomar a narrativa de Hugo Chávez revisando sua tessitura. Desse modo, o engrandecimento da gesta de independência, travada contra o Império Espanhol e as forças realistas e, no limite, contra compatriotas contrários à emancipação da antiga capitania-geral subordinada à Casa de Bourbon, acompanhou uma sobrevalorização dos feitos desencadeados por Simón Bolívar porque, ao final, sua liderança foi fulcral para a superação de inúmeras adversidades, no intuito de se alcançar o objetivo de libertar e instituir uma nova nação. Um exemplo disso pode ser percebido no modo como as três primeiras repúblicas dependem da atuação desse personagem no itinerário chavista. Na visão política de Chaves, dever-se-ia conservar a obra daquele denominado de *El Libertador* e que foi o grande artífice da Grã-Colômbia, planejada através da aliança entre os territórios correspondentes à Venezuela, Nova Granada e a real audiência de Quito; porém, esse esforço entra em choque com aqueles que defendiam um Estado próprio para os venezuelanos, com a capital em Caracas, ao invés de uma identidade grã-colombiana compartilhada juntamente com neogranadinos e quitenhos e, por certo, em oposição a um governo centralizado em Bogotá.

A vitoriosa articulação dirigida pelo destacado general José Antonio Páez, com apoio do Congresso Constituinte de Valência, assentiu a separação do território pertencente à antiga capitania, desincorporando-se de uma vez por todas da estrutura administrativa imaginada por Bolívar. Recobrava-se, portanto, a autonomia enquanto pátria, no dia 22 de setembro de 1830 e, ao mesmo passo, elegia-se Páez como mandatário, no dia 24 de março de 1831, já sem a presença do *Libertador*, cujo

falecimento ocorrera no dia 17 de dezembro de 1830 em Santa Marta, Colômbia, distante das querelas republicanas.²⁸

Em suma, essa reconfiguração na esfera de poder, igualmente encerraria uma fase bolivariana, sendo substituída por outra antibolivariana. Nessa modificação de ambientação, não aconteceria apenas a troca de um prócer em detrimento de outro, mas também o abandono de uma ideologia, cujo direcionamento para o desenvolvimento do país era feito sobre uma base na qual se equilibraria a vontade da maioria, com o devido respeito às minorais, tentando consolidar um modelo capaz de fornecer as respostas cabíveis aos diversos grupos sociais envolvidos. Todavia, a interrupção abrupta dessas premissas em prol da manutenção dos anseios oligárquicos, entranhou-se a tal ponto nas mais altas esferas e por tanto tempo que nenhum outro representante – seja presidente ou ditador – conseguiria deliberadamente romper com esse ditame.

Caso isso tivesse ocorrido, seguramente a explicação fornecida no interior das entrevistas de Chávez, ao contrário de desconstruir uma longa etapa da trajetória nacional, revigoraria a permanência de ideais entre os estágios assinalados. Entretanto, a despeito desse fenômeno não ter sido verificado, constatou-se o engendramento de uma noção revolucionária cujo espaço de experiência requalificava dogmas do século XIX amparados como axiomas a serem cumpridos. Nesse sentido, paradoxalmente, a edificação histórica da Vª República – difundida durante a disputa eleitoral – visava suplantando as demandas do presente mediante a contestação de soluções aptas a percorrer uma dupla temporalidade oscilando entre a sua procedência oitocentista e a sua aplicabilidade nos últimos anos do século XX, empenhada em desmontar abruptamente as partes de um alicerce considerado inapropriado, paralelamente a inauguração de um novo intervalo histórico.

Uma vez detalhados os pormenores dessa narrativa, evidenciando sua conotação exemplar tributária de uma representação temporal cuja força de lições morais do passado marca excessivamente o modo como o presente refere-se ao que já passou e, não obstante, projeta o futuro, revela-se imperioso se perguntar acerca da mobilização de um delineamento de consciência histórica responsável por facultar esse perfil de análise. E, conforme foi citado anteriormente, defende-se a predominância do prisma exemplar em harmonia com a teoria de Rüsen, considerando-se, portanto, que:

O pensamento histórico exemplar revela a moralidade de um valor ou de um sistema de valores, culturalmente materializados na vida social e pessoal, através da demonstração de sua generalidade: ou seja, que tem uma validade que se estende a uma gama de situações. Conceitua-se a moral como possuindo validade atemporal.²⁹

Assim, essa maneira de se posicionar e lidar com a ameaça simbolizada pelo tempo – seja por causa da privação na prática de conservação da identidade, ou pela suposta opressão exercida por um regime político alicerçado numa traição, sobretudo, referente aos juízos daí corrompidos – acompanharia um modo de pensar em que a realidade seria repartida em três níveis circunstanciais e, similarmente, temporais; sendo o tempo crítico equivalente à assimilação das nuances em torno do panorama histórico; a hora estratégica, o discernimento acerca da saturação do contexto estimando e, por conseguinte, a probabilidade de se intervir no mesmo recorte a partir de um determinado plano, desencadeando, por fim, o minuto tático, cuja ação intervém na realidade. O resultado desprendido dessa operação seria a instauração de um novo paradigma, obviamente, diferente do anterior, arquitetado por fundamentos em que são extraídas lições valorosas do pretérito, sancionadas pelo presente.

Associa-se a essa atividade uma ideia de história na qual seu caráter processual se enlaçaria a delineamentos referendados como apropriados ou inapropriados e, com isso, definindo se o viés epistemológico foi deteriorado caso a sua utilização assistisse a um projeto elitista, contrariamente a um entendimento do qual haveria um protagonismo popular. Deste modo, o conteúdo exposto pela trama da narrativa determinaria se aquele saber histórico estaria apto a ser classificado como de cunho científico – mas, também, pseudocientífico – em razão do procedimento de reconstituição dos feitos do passado.

E, finalmente, quando essa singular compreensão a respeito da concepção de um feito histórico, ademais de seu desenrolar numa sequência de outros episódios atados a uma elucidação habilitada a conferir sentido através de uma leitura consagrada de regras perenes a vida, agrega-se a um diagrama político objetivando revolucionar as bases nacionais por meio da edificação de um distinto Estado, no qual os motivos e aspirações são reinterpretações desses preceitos, percebe-se como o ordenamento da historicidade da pátria se submete a uma particular metodização seguindo o enfoque de seu mestre, Hugo Chávez. Ao se assenhorear desse

dispositivo e divulgar a sua narrativa pelo espaço nacional, o tenente-coronel colocava a sociedade numa encruzilhada na qual essa deveria decidir se concordava com esse relato ou se o rechaçava. Assim, sua primeira eleição presidencial em 1998 demonstra não somente como esse enredo era compartilhado e endossado por pessoas interessadas em fazer parte do mesmo, mas, paralelamente, instaurava-se o desafio em seus opositores que desconheciam a legitimidade em torno do relato chavista de conviver com suas convicções num contexto de concorrência de ideias.

Com essa polarização, o planejamento da nação obedeceria ao manejo de um antes e um depois cujo ato de se opor seria associado e estendido a um percurso histórico passível de se distinguir os inimigos da Venezuela, enquanto os apoiadores eram equivalentes a vítimas outrora padecedoras de uma traição encarregada de desviar, senão, aprisionar, o destino do país; contudo, graças a Chávez, eram recuperadas as rédeas da fortuna, reestabelecendo a capacidade de se engrandecê-la, num favorecimento sustentado pelo domínio da história ditando o significado do passado, a situação do presente e a planificação do futuro.

¹ Se no ínterim do primeiro mandato Caldera empenhou-se em apaziguar os ânimos internos autorizando a criação do Partido Comunista Venezuelano (PCV) numa tentativa de enfraquecer a presença de grupos armados de extrema esquerda demovendo-os da luta inspirada pelos sucessos da Revolução Cubana (1959), através de sua atuação num campo político institucionalizado; sua segunda administração exigia uma atitude semelhante por causa dos últimos eventos que haviam desestruturado três alicerces nacionais, a saber: o econômico, com a desvalorização da moeda nacional *Bolívar* em 1983; o social, com a revolta popular contrária ao reajuste da tarifa do transporte público em 1989 no episódio conhecido como *Caracazo* e, por fim, o institucional, com a tentativa forçada de tomada de poder por militares amotinados (LUCCA, 2007).

² RAMONET, Ignacio. *Hugo Chávez. Mi primera vida*. Nueva York: Vintage Español, 2013.

³ MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 96. Ainda de acordo com as considerações da ensaísta venezuelana Ana Teresa Torres, no carnaval de 1992, as crianças escolheram as máscaras com o formato do rosto do tenente-coronel em detrimento das tradicionais alegorias de Super-Homem e Zorro. Além do mais, soma-se a isso o surgimento de grafites com mensagens de apoio do tipo “da próxima vez nos avise, Chávez”, localizada no conjunto popular *23 de Enero*, por Humberto Jaimes Quero e citado pela autora (TORRES, Ana Teresa. *La Herencia de La Tribu*. Del mito de la independencia a la Revolución Bolivariana. Caracas: Editorial Alfa, 2009).

⁴ Esses materiais foram compilados por GARRIDO, Alberto. Estão disponíveis na obra *Documentos de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones del Autor, 2002.

⁵ CHÁVEZ *apud* GARRIDO, Alberto. *Documentos de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones del Autor, 2002, p. 227.

⁶ CHÁVEZ *apud* GARRIDO, Alberto. *Documentos de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones del Autor, 2002, p. 227. Destaque do original.

⁷ CHÁVEZ *apud* GARRIDO, Alberto. *Documentos de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones del Autor, 2002, p. 228. Destaques do original.

⁸ CHÁVEZ *apud* GARRIDO, Alberto. *Documentos de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones del Autor, 2002, p. 228.

⁹ MUÑOZ, Blanco Agustín. *Habla el comandante*. Caracas: CEHA/IIES/FACES, 1998, p. 27.

¹⁰ A aplicação desse léxico é recorrente no chavismo. Ademais serve como título para a coletânea de entrevistas executadas por José Vicente Rangel com Chávez no intervalo de 1992 a 2012 reunidas na obra *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo*, publicada em 2013.

¹¹ MUÑOZ, Blanco Agustín. *Habla el comandante*. Caracas: CEHA/IIES/FACES, 1998, p. 28.

¹² CHÁVEZ, Hugo. *Habla el Comandante*. Caracas, p. 28, 1998. Entrevista concedida a Agustín Blanco Muñoz. Destaque do original.

¹³ MUÑOZ, Blanco Agustín. *Habla el comandante*. Caracas: CEHA/IIES/FACES, 1998, p. 29.

¹⁴ CHÁVEZ, Hugo. *Habla el Comandante*. Caracas, p. 29-30, 1998. O trecho suprimido não implica prejuízo à apreensão da explicação porque seu conteúdo descrevia detalhes da pesquisa histórico-biográfica realizada pelo tenente-coronel – porém ainda sem um desfecho – acerca da vida de seu bisavô Pedro Rafael Pérez Delgado, vulgarmente conhecido como Maisanta, e sua atuação como líder camponês entre os anos de 1897 e 1924 contra as forças do ditador Juan Vicente Gómez (1908-1935) (DELUCA, María Elena González. História, usos, mitos, demonios y magia revolucionaria. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas: 2005).

¹⁵ MEUCCI, Miguel Ángel Martínez. Golpes de estado en Venezuela durante el período 1989-2004: evolución del conflicto y contexto sociopolítico. *Análisis Político*, nº 64. Bogotá, 2008. Explicou sinteticamente tanto as características desse acordo, como as suas críticas, da seguinte forma: “Venezuela consolidou um sistema democrático estável a partir de 1958, através da instalação do que se denominou um ‘sistema populista de conciliação das elites’. Os principais setores sociais da nova época (militares, empresários, sindicatos, partidos políticos e Igreja) compactuaram com as bases do novo sistema político mediante uma série de acordos conhecidos sob a denominação genérica de ‘Pacto de Punto Fijo’. A equidistância que a jovem democracia venezuelana assumiu entre as ditaduras direitistas do continente e os movimentos subversivos de esquerda afixou seu espírito moderado, protagonizado por uma série de governos de perfil predominantemente social-democrático que lograram abrir o sistema político para as maiorias. Não obstante, o feito de que todo o sistema estivesse sustentado na abundante receita petrolífera constitui seu calcanhar de Aquiles. O crescimento da população, o endividamento interno e externo do Estado, a crescente burocratização, o incremento quantitativo e qualitativo da pobreza, a escassa competitividade e produtividade das empresas venezuelanas e a corrupção dos partidos tradicionais, assim como os progressivos desajustes econômicos, foram fazendo com que as pessoas, desde o início da década de 80, perdessem a confiança no sistema a níveis alarmantes”.

¹⁶ O reajuste do preço da passagem do transporte coletivo foi o estopim para uma série de protestos desferidos contra tudo aquilo que representasse esse aumento ou se colocasse na frente dos manifestantes. Assim, ocorreram conflitos tanto contra as autoridades públicas, que tentavam reestabelecer a ordem, quanto saques a lojas e depredação de bens de consumo – como no caso de automóveis – tomando conta da região metropolitana de Caracas do dia 27 de fevereiro de 1989 e estendendo-se até, aproximadamente, o dia 1 de março. Para maiores informações, consultar MARINGONI, 2008; TORRES, 2009. O leitor pode consultar também: ZANCOPE, Tiago Ciro Moral. *A Refundação da nação*. Bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez Frías (1999-2000). Goiânia: Editora UFG, 2014.

¹⁷ O teor completo da lei pode ser consultado através do endereço online disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Parties/Venezuela/Leyes/LeyPartidos.pdf>.

¹⁸ CHÁVEZ, Hugo. *Mi Primera Vida*. Nova York, 2013, p. 691. Entrevista concedida a Ignacio Ramonet.

¹⁹ Jörn Rüsen, 2001; 2011a; 2011b.

²⁰ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 57

²¹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 60.

²² RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 65.

²³ RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 97.

²⁴ RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

²⁵ Lamentavelmente, neste artigo, não serão examinados os demais perfis além da forma exemplar, devido a sua especificidade para a matéria do artigo.

²⁶ RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 98.

²⁷ RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 100-101.

²⁸ LUCCA, Rafael Arráiz. *Venezuela: 1830 a nuestros días*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.

²⁹ RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 66.